

ANC X

Assembleia
Arenistas mantêm posição
29 JUL 1977 **ESTADO DE SÃO PAULO**
contra tese da Constituinte

Da sucursal de
BRASÍLIA

As declarações do governador do Mato Grosso, Garcia Neto, admitindo a convocação de uma Assembleia Constituinte para votar uma nova Constituição, não despertaram ontem maior interesse de líderes arenistas. O presidente da Arena, Francelino Pereira, não quis abordar o tema, lembrando, porém, que o partido já tem posição fixada sobre o assunto, enquanto o presidente da Câmara, deputado Marco Maciel, se limitava a citar os poderes constituintes do atual Congresso.

"O que posso dizer — frisou Maciel — é que, com as emendas constitucionais recentemente promulgadas, nossa Carta Magna deixou de ser rígida para se tornar flexível. O atual Congresso tem assim poderes para emendar a Constituição naquilo que julgar conveniente aos interesses do País, e prova disto é a emenda do divórcio".

Já o 3º vice-presidente da Arena, senador Virgílio Távora, lembrando Castello Branco, disse que "o presidente Geisel é fiador da volta do País à sua plenitude democrática".

Quanto à convocação de uma Constituinte, Távora assinalou que "o próprio MDB não tem posição unânime a respeito. Hoje mesmo, o senador Marcos Freire fez declarações considerando a idéia absolutamente equivocada. Oponho-me à Constituinte por uma razão simples: sou um homem realista. No momento oportuno, o presidente Geisel, tal qual Castello Branco, oferecerá um esboço ao exame do Congresso. O presidente Geisel, ou seu sucessor, como delegado da Revolução, saberá da conveniência do momento".

Por sua vez, o governador Sival Guazzelli, do Rio Grande do Sul, considera a idéia de uma Constituinte "sem dúvida um dos caminhos para o aperfeiçoamento das instituições democráticas no País", mas não acredita que ela seja viável no momento.

A convocação de uma Assembleia Constituinte, segundo o governador, pressupõe um en-

tendimento geral de alto nível entre as diversas correntes políticas e de opinião do País. Porém, não vê condições para um entendimento agora e, portanto, não acredita na viabilidade da idéia. "Mas existem outros caminhos — acrescentou — entre os quais o da alteração da Constituição vigente".

A um dos repórteres que o entrevistaram, à tarde, no Palácio do Planalto — depois do encontro que manteve com o coronel Toledo Camargo — Guazzelli esclareceu não ter nenhum encontro marcado com o governador Aureliano Chaves. Reafirmou ser amigo do governador mineiro, ambos têm pontos de vista comuns a respeito de vários assuntos políticos e administrativos. "Mas — concluiu — não há encontro marcado".

INSISTÊNCIA

A tese em favor de uma nova Constituição para o País poderá ser o tema predominante no Congresso, a partir da reabertura de seus trabalhos em agosto. Pelo menos a oposição, segundo alguns de seus líderes, pretende insistir no assunto.

O senador Leite Chaves, do MDB paranaense, sugeriu, ontem, duas fórmulas para se chegar a uma Constituição: dar poderes constituintes ao Congresso a ser eleito no próximo ano ou, paralelamente às eleições gerais, ser escolhida uma Assembleia Constituinte com o prazo de dois anos para essa missão. Dentro da formulação proposta por Leite Chaves, a Assembleia Constituinte poderia ser ou não integrada pelos parlamentares eleitos também para a Câmara ou para o Senado. Nesse caso, os senadores que terão seus mandatos encerrados no próximo ano poderiam candidatar-se para a Assembleia Constituinte.

Para o senador, uma nova Constituição não retificaria ou restringiria os dispositivos de segurança atualmente em vigor. Tais mecanismos poderiam coexistir dentro de uma Constituição democrática, e isso significaria a eliminação do que hoje é considerado incompatível, segundo o parlamentar: o arbitrio, definido por ele como fonte geradora de incertezas e desconfiânças.

Por exemplo — explicou Chaves —, enganam-se, os que supõem que a supressão do 'habeas corpus' favorece a segurança nacional. Pelo contrário, a sua inexistência, para os casos políticos, é que está permitindo a formação de tantas injustiças acumuladas, com as tensões sociais cada vez mais se tornando incontroláveis".

Disse ainda que a tese de uma nova Carta constitucional "é de tamanha relevância, que terá de permanecer fora do alcance das paixões eleitorais". Lembrou que o MDB, quando defende a tese da Constituinte, "não inclui nenhuma preocupação partidária, mas apenas o desejo de emprestar o seu concurso para que o Brasil possa ter efetivamente uma Constituição representativa dos anseios nacionais".

Enquanto isso, o senador Mauro Benevides, do MDB, preferia falar sobre a recente manifestação do ex-senador Afonso Arinos: "Ao preconizar a reimplantação do Estado de Direito no País, através da conciliação nacional, Afonso Arinos indica a fórmula que, no seu entender, poderia significar a superação do impasse institucional em que ainda vivemos. Aliás, todas as vezes em que é instado a colaborar para o retorno ao Estado legalitário, o MDB dá sempre exuberantes demonstrações de compreensão patriótica, indo ao encontro daquilo que constitui justo anseio de todas as correntes de opinião. Esforços não devem ser medidos para atingir-se aquela grande meta, como pretende o eminente jurista".